

Perspectivas e potencialidades de integração entre agroecologia e turismo de base comunitária: um olhar desde Belo Horizonte e região metropolitana

Perspectives and potential for integration between agroecology and community-based tourism: a view from Belo Horizonte and metropolitan region

CRISTOFOLI, Gustavo Tofanin¹; NASCIMENTO, Alexandre Túlio Amaral²; AGUILAR, Elvira Peruhype ³

¹Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), <u>gu.tofanin@gmail.com</u>; ²UEMG, <u>alexandre.nascimento@uemg.br</u>; ³UEMG, <u>elvira.0284757@discente.uemg.br</u>.

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Sistemas Agroalimentares e Economia Solidária

Resumo: Trata-se de estudo exploratório e descritivo sobre a integração do turismo de base comunitária (TBC) em espaços agroecológicos (EAs) na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Os participantes responderam a um questionário digital quanti-qualitativo autoaplicável. Observou-se compreensão do TBC congruente com a literatura. Visitas vêm sendo praticadas de forma intuitiva para fins educativos, científicos e de certificação orgânica colaborativa. Falta de tempo, pessoal e estrutura foram as dificuldades mais relatadas, enquanto os principais facilitadores foram o uso de espaços ociosos e a possibilidade de oferecer experiências culturais, naturais e gastronômicas em rede, valorizando saberes tradicionais e o entorno. Os resultados endossam a predisposição para a integração entre TBC e EAs, valendo-se de meios digitais de cooperação, visando a diversificação de renda solidária, a educação socioambiental, a conservação biocultural e o Bem Viver.

Palavras-chave: agricultura familiar; conservação biocultural; economia solidária 2.0; educação ambiental; turismo agroecológico.

Introdução

Desde a colonização pelo norte global, os territórios do sul, seus povos e saberes vem sendo menosprezados e dizimados. A globalização seguiu homogeneizando as atividades humanas e erodindo a diversidade biocultural, fortalecendo modelos capitalistas que resultam em diversos problemas e desiquilíbrios sociais, ambientais e econômicos. Esse *modus operandi* aliena e distancia as pessoas de suas singularidades, identidades e harmonias locais, ignorando a pluralidade de existências humanas (WEZEL et al., 2009; PAULA; COSTA; PAULA, 2022).

Compreendida como ciência, articulação social e movimento político, a agroecologia promove sistemas agrícolas sustentáveis, utilizando-se de práticas ecológicas para melhorar a fertilidade do solo, controlar pragas e doenças, promover a biodiversidade, a equidade social e a emancipação dos agricultores no processo produtivo, visando a soberania e a segurança alimentar e nutricional, bem como a



uma redução nos impactos ambientais da agricultura convencional (WEZEL et al., 2009).

Por sua vez, o TBC é uma prática turística que objetiva o equilíbrio entre o desenvolvimento local e a conservação de recursos bioculturais. A Política Estadual de Turismo de Base Comunitária (Lei 23.763/2021) de Minas Gerais (MG) o conceitua como "aquele que incorpora valores do bem viver, do bem comum, da economia solidária e do comércio justo, orientando um processo sustentável de organização do turismo no âmbito dos territórios de povos e comunidades tradicionais do campo, da cidade, da floresta e das águas, em consonância com o desenvolvimento em escala local e regional e de modo a favorecer a atividade socioeconômica e política e promover a emancipação comunitária, por meio da valorização cultural, conservação ambiental e geração de emprego, renda e inclusão social" (MINAS GERAIS, 2021).

Portanto, a agroecologia e o TBC apresentam-se como alternativas sustentáveis à agricultura convencional e ao turismo hegemônico, favorecendo a construção de uma cultura e postura regenerativa da sociedade, alinhando-se a dispositivos internacionais, nacionais e estaduais, como a Agenda 2030 (ONU, 2015) e a Política Estadual de TBC de MG, que considera o "estímulo às atividades produtivas com enfoque no sistema agroecológico e na economia solidária" (MINAS GERAIS, 2021).

Os desafios socioambientais atuais oportunizam o debate sobre integrar o TBC à agroecologia. A escassa literatura acadêmica acerca dessa integração demonstra a existência de interfaces, como a conservação da sociobiodiversidade, a educação ambiental não-formal e a economia solidária, visando o "bem viver" (ACOSTA, 2016).

A economia solidária apresenta diversas intersecções basilares entre a agroecologia e o TBC, ao partirem da autonomia coletiva local para o estabelecimento de alternativas solidárias e democráticas que conciliam o respeito à vida à conservação biocultural, construindo pontes para um futuro mais digno, harmonioso e equânime entre os seres vivos. Esse encontro pode ser oportunizado pela incorporação de tecnologias sociais que legitima a proposta da "economia solidária 2.0" (GUTIÉRREZ, 2023; ALVEAR; NEDER; SANTINI, 2023).

Neste contexto, este estudo investigou as perspectivas de integração do TBC em EAs na RMBH, contemplando as interfaces e sinergismos existentes e possíveis.

Metodologia

A RMBH, composta por 34 municípios, se destaca pelo lastro de construções coletivas do movimento agroecológico e da agricultura urbana, apresentando-se como um território oportuno para a pesquisa. Segundo o Anuário das Agriculturas



Metropolitanas 2020/2021 a RMBH conta com 1008 agriculturas, da quais 172 desenvolvem sistemas agroecológicos (ALMEIDA et al., 2022).

A pesquisa utilizou métodos mistos (quantitativos e qualitativos) para a coleta de dados primários. O principal instrumento amostral foi um questionário digital autoaplicável composto por 31 questões, 22 fechadas e 9 abertas, visando apurar as condições gerais, agroecológicas, tecnológicas e turísticas das iniciativas agroecológicas e de seus representantes.

Os dados quantitativos foram analisados por estatística descritiva, em que as variáveis contínuas foram apresentadas por meio de medidas de posição e tendência central e as categóricas, por meio de tabelas e figuras com as distribuições de frequências absolutas e relativas. Os dados qualitativos, coletados por questões abertas e por depoimentos espontâneos, foram submetidos a técnica de análise de conteúdo categorial (temático), fundamentado na descoberta de núcleos de significados e sentidos presentes nas respostas, apresentados descritivamente ou em figuras com as frequências de respostas por categorias. Em complemento para a interpretação dos dados, houveram visitas a alguns EAs, com observação direta.

Os procedimentos da pesquisa foram submetidos, tramitados e aprovados quanto à ética na pesquisa (CAAE/UEMG: 59909221.4.0000.5112, parecer n° 5.677.650)

Resultados e Discussão

A pesquisa obteve 33 respostas de representantes de EAs da RMBH, que correspondem à 19,2% dos EAs catalogados na RMBH (ALMEIDA et al., 2022). Destaca-se a majoritária participação de mulheres (67%), com média de idade de 52 anos. Os respondentes apresentaram diferentes níveis de escolaridade, sendo que 39% afirmaram terem frequentado o ensino superior (incluso pós-graduação). Apenas dois respondentes declararam não participarem de alguma organização agroecológica ou de agricultura familiar.

EAs de 10 municípios foram amostrados, com maior representação de Jaboticatubas (42%) e Belo Horizonte (21%). A maioria são propriedades particulares (63,6%) com até meio hectare (5.000 m²) (64%). Cerca de 67% dos EAs são menores que um módulo fiscal (50.000 m²), conforme considerado para propriedades rurais em BH, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, embora o contexto pesquisado abranja também espaços urbanos e periurbanos. Este resultado indica a dificuldade da viabilidade econômica desses espaços e a relevância de novas alternativas de renda, como o TBC.

Aproximadamente 64% dos EAs contam com até 4 trabalhadores que se dedicam, principalmente, às atividades agroecológicas de produção vegetal (84,8%), processamento de produtos de origem vegetal (54,5%) e produção de sementes e mudas (51,5%), que tem seu potencial turístico reconhecido pelos próprios



respondentes. Todavia, 63,7% dos representantes dos EAs não estão satisfeitos com a renda gerada pelas atividades realizadas e a maioria dos participantes (79%) declaram o desejo ou a necessidade de incremento e diversificação.

Os respondentes acessam a internet ao menos uma vez ao dia (96,9%), principalmente pelo celular (97%), via *wi-fi* ou dados móveis (90,9%). Destaca-se que apenas nove participantes (27%) declararam utilizar algum canal digital para atrair visitantes para sua propriedade, sendo que nenhum desses canais é específico do ramo do turismo, demonstrando que, no campo da divulgação, o potencial turístico não é aproveitado a partir do uso das ferramentas *on-line* já disponíveis no mercado. Esse não uso pode decorrer da inadequação dos aplicativos disponíveis no mercado turístico aos requisitos e princípios específicos da agroecologia.

A compreensão do TBC pelos respondentes está alinhada com a literatura científica sobre o tema, relatando sentidos referentes, por exemplo, à oferta de experiências e vivências singulares (42%), ao fortalecimento do senso comunitário (39%) e à valorização cultural (36%). Os participantes relataram a existência de diversos atrativos com potencial turístico em seus EAs ou no entorno, principalmente de cunho agroecológico, natural, cultural e gastronômico.

A recepção de visitantes é frequente em 67% dos EAs e ocorre, normalmente, sem pernoite (59%). Ressalta-se que poucos ou nenhum dos visitantes contribuíram com as atividades de recepção (pagamentos, trocas ou compra de produtos), apontando a evidente falta de valorização das atividades turísticas que, por muitas vezes, exigem conciliação com as atividades agroecológicas.

Dentre os perfis de visitantes almejados, destacam-se o desejo por pessoas com interesse agroecológico (67%) e estudantes, professores e pesquisadores (21%). Por outro lado, evidencia-se a preferência em não receber públicos com comportamentos desrespeitosos em relação aos seus modos de vida ou ao ambiente (27%), embora seja a mesma frequência de respondentes que afirmam não possuírem restrições acerca do perfil de visitantes.

Diversos desafios e dificuldades foram mencionados acerca da incorporação de atividades de TBC nos EAs, sendo que os mais relatados foram a falta de estrutura (36%) e de tempo (27%), seguido da falta de pessoal e dificuldades de acesso geográfico, ambos identificados em 18% das respostas. Por outro lado, as oportunidades e facilitadores mais frequentemente relatadas – todos mencionados por dez respondentes (30%) – foram a ressignificação de estruturas e espaços ociosos, a possibilidade de aumento e diversificação de renda e clientela e a existência de atrativos e experiências com potencial turístico.

Conclusões

Os resultados evidenciam que os EAs da RMBH participantes do estudo possuem um perfil heterogêneo, representado pela dispersão geográfica em áreas urbanas,



periurbanas e rurais, sendo em sua maioria propriedades particulares de pequena extensão, de agricultura familiar e elevada diversidade de atividades agroecológicas.

Os EAs e seus entornos possuem potencial elevado para o TBC, devido aos múltiplos atrativos naturais, arquitetônicos, históricos, culturais, artísticos, gastronômicos e religiosos, para além das próprias vivências agroecológicas, reconhecidas pelos agricultores como uma das principais atrações, por propiciar aos visitantes vivenciar práticas tradicionais, que as valorizam e fortalecem. Apesar disso, ainda são incipientes as contribuições dos visitantes, predominantemente, de curta duração, sem pernoite, que vem sendo praticadas. Este resultado relaciona-se, provavelmente, a falta de estrutura, de planejamento e de reconhecimento das atividades de recepção como oportunidade de complemento de renda, o que é agravado pela subutilização dos recursos digitais para fins de promoção do turismo comunitário nas propriedades.

O perfil dos EAs estudados se assemelham às iniciativas que desenvolvem o TBC no país. A diversidade de contextos dos EAs e suas organizações associativas favorecem a elaboração de roteiros turísticos em rede para a distribuição dos benefícios gerados, de modo a fortalecer o senso comunitário e a estruturação local colaborativa atrelada à economia solidária. Essa proposta de mobilização em rede pode ser oportunizada pelo atual momento de constituição do OPAC do SPG RMBH, compreendendo as visitas de pares também como experimentações para as atividades de recepção, além de viabilizar a articulação e o apoio junto às instituições e ONGs, valendo-se das recentes políticas públicas estaduais para o TBC.

A otimização do uso de meios digitais para a integração, organização, operacionalização e divulgação de serviços turísticos pode viabilizar a implementação dessa proposta de TBC em rede. Recomenda-se a integração e o desenvolvimento de um projeto tecnológico voltado às especificidades da integração do TBC aos EAs, sob os princípios da economia solidária 2.0. A iniciativa deve utilizar os modelos democráticos de *software* livre e de autonomia do cooperativismo de plataforma.

Identificou-se que a integração entre o TBC e a agroecologia na RMBH é uma iniciativa desejada e, em algum grau, já realizada, que apresenta um grande potencial de expansão que, desde a proposição deste estudo, foi incluída no debate e no planejamento do movimento agroecológico da RMBH.

O fomento desta integração é uma oportunidade de complementação da renda para as iniciativas agroecológicas e de educação ambiental para os visitantes. Destaca-se que a integração do TBC à agroecologia contribui para a mudança de paradigma com vistas ao bem viver, à saúde e ao bem-estar socioambiental, por meio da conservação, restauração e uso sustentável da diversidade biocultural dos territórios.



Agradecimentos

Aos trabalhadores da agroecologia, principalmente da RMBH, à FAPEMIG, aos familiares, amigos e discentes, docentes e funcionários da UEMG.

Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. **Bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Rafael Duarte Oliveira Venancio. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ALMEIDA, Daniela A. O. et al. **Anuário das agriculturas metropolitanas 2020/2021**: uma publicação sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG/IGC, Auê! Estudos em Agricultura Urbana, 2022. Disponível em:

https://aueufmg.wordpress.com/anuario-das-agriculturas-metropolitanas-primeira-edicao/. Acesso em: 02 out. 2022.

ALVEAR, Celso A.; NEDER, R.; SANTINI, D. ECONOMIA SOLIDÁRIA 2.0: por um cooperativismo de plataforma solidário. **P2P E INOVAÇÃO**, *[S. l.]*, v. 9, n. 2, p. 42–61, 2023. DOI: 10.21721/p2p.2023v9n2.p42-61. Disponível em: https://revista.ibict.br/p2p/article/view/6268. Acesso em: 24 maio. 2023.

GUTIÉRREZ, L. A. L. et al. Bioeconomia e sociobiodiversidade na perspectiva agroecológica para o bem viver. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 1, p. 129-150, 2023. ISSN: 1980-9735. DOI: https://doi.org/10.33240/rba.v18i1.23741.

MINAS GERAIS. Lei 23.763, de 06/01/2021. Institui a política estadual de turismo de base comunitária. Diário do Executivo, Belo Horizonte, p. 4, 7 jan. 2021. Disponível em: Acesso em: 27 jul. 2022.

ONU. **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 25 jul. 2022.

PAULA, N. F. de; COSTA, I. B. da; PAULA, N. M. Saúde Coletiva e Agroecologia: necessárias conexões para materializar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. **Saúde em Debate**, v. 46, n. especial 2 jun., p. 262-276, 2022. Disponível em: https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/5009>. Acesso em: 29 ago. 2022.

WEZEL, A.; SOLDAT, V. A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. **International Journal of Agricultural Sustainability**, v. 7, n. 1, p. 3-18, 2009. Disponível em:

https://www.academia.edu/4385314/A_quantitative_and_qualitative_historical_analysis_of_the_scientific_discipline_of_agroecology. Acesso em: 22 set. 2022.